

A IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE POLÍTICAS E GESTÃO DE SAÚDE NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA¹

*Micheline Lopes de Albuquerque Souza*²

*Ruth Terezinha Kehrig*³

Ao referir-se a importância da área de políticas e gestão de saúde no campo da saúde coletiva não se pode deixar de mencionar as bases históricas da saúde coletiva, uma vez que seu próprio “nascimento”, na proposta de medicina social vincula-se ao surgimento de políticas de saúde, fundamentadas principalmente em políticas sociais voltadas à melhoria da saúde de classes trabalhadoras e conseqüentemente, da economia capital.

Em seu processo de construção, a medicina social consolidou-se a partir de três movimentos: polícia médica na Alemanha; medicina urbana, na França e medicina da força de trabalho na Inglaterra. A partir dos anos 40 do século 19 criaram-se condições para emergência da medicina social ao se olhar para classes trabalhadoras submetidas ao “exagero” da formação de capital, resultando em acidentes, doenças e mortes. Portanto, a medicina, na visão capitalista esteve relacionada ao corpo enquanto força de produção, impulsionando um investimento da saúde no biológico o qual, mais tarde, se tornaria um legado no processo histórico da saúde coletiva (Foucault, 2008).

Em decorrência da industrialização têm início algumas

1 *Short paper* resultado de um trabalho da disciplina de Estado, Políticas Sociais e de Saúde do Curso de Mestrado em Saúde Coletiva no ano de 2010.1, sob orientação da Dr^a Ruth Kehrig, com o objetivo de correlacionar a área de políticas e gestão de saúde com o campo da saúde coletiva.

2 Enfermeira, Especialista em Saúde da Família, Mestranda em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, Docente da Faculdade de Enfermagem da Universidade de Cuiabá – UNIC. Endereço eletrônico para correspondências: michelinealbuquerque@ig.com.br

3 Administradora, Doutora em Saúde Pública, professora e pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT em Cuiabá/MT.

discussões que amparariam os princípios do discurso sanitarista: saúde das pessoas como um assunto de interesse societário e obrigação da sociedade de proteger e assegurar a saúde de seus membros; as condições sociais e econômicas tendo impacto sobre a saúde e a doença, levando estas a serem estudadas cientificamente; compreensão de que as medidas a serem tomadas para a proteção da saúde deveriam ser tanto sociais como médicas (Nunes, 2006).

Essa expansão do capitalismo em países europeus no final do século XIX leva ao surgimento de medidas de proteção social, impulsionadas pelo desenvolvimento da sociedade industrial. Esse ideário, centralizado na corporação médica, marcado pelas relações entre o homem e suas condições de vida impulsionaram a formulação da medicina social (Nunes, 2006).

Portanto, as questões sociais, econômicas e políticas, sob diferentes aspectos, estiveram presentes no processo histórico da medicina e da doença, variando de acordo com algumas conjunturas associadas ao progresso e ao conhecimento, levando as ciências sociais e humanas a se consolidarem como fundamentais para a compreensão dos processos de vida, trabalho, adoecimento e morte (Nunes, 2006)

No Brasil, o avanço histórico da formulação de Políticas Sociais e de Saúde fez emergir em 1988, a Constituição Federal definindo que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

Neste contexto, lança-se o desafio e a necessidade da elaboração de políticas e de uma gestão de saúde comprometidas com aspectos não apenas individuais, mas sociais, que possam atender de maneira eficiente e eficaz as prerrogativas constitucionais.

Referências

BRASIL, Constituição de 1988. Título VIII, Capítulo II, Seção II, da saúde. Art. 196. Publicada no D.O.U. de 05/10/1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm.
Acesso em 10 Mar. 2010.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. p. 79 – 98.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.19 - 39.